

PAUTA

INFORMATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL Nº 26 • JUNHO 2014

NOVOS AUDITORES TOMAM POSSE DURANTE SOLENIDADE CONCORRIDA 10

CONTROLE
DE PRAZOS
PROCESSUAIS

7



CONSELHEIRO JOSÉ RICARDO
PEREIRA CABRAL É O NOVO
VICE-PRESIDENTE

3



Conselheiro Waldir Neves e presidente da ASUR buscam adesão de Paraguai, Bolívia e Uruguai

O conselheiro Waldir Neves, ouvidor do TCE/MS, participou da reunião da Associação de Entidades Oficiais Superiores de Controle Público do Mercosul – ASUR/ASUL em Maceió, nos dias 08 e 09 de maio. A entidade é presidida pelo conselheiro Marcos Antonio Lopes Peixoto (TCE/RS) e o conselheiro Waldir Neves ocupa o cargo de 2º vice-presidente. A reunião foi marcada pela presença da Auditora Geral da República da Colômbia, Laura Emilse Marulanda Tolbón, que assinou o termo de adesão daquela entidade à ASUR. O Síndico Geral da República Argentina, Daniel G. Reposo, também marcou presença na reunião, acompanhado de representantes dos Tribunais de Contas de Salta, Chaco e Comodoro Rivadavia, todos da Argentina.



De acordo com o conselheiro Waldir Neves, o trabalho desenvolvido pela ASUR garante o intercâmbio de experiência de países que têm muito em comum e muito a aprender uns com os outros. Neste sentido, o conselheiro

Waldir Neves foi escolhido pelos participantes para coordenar os trabalhos, visando à adesão do Paraguai e da Bolívia, e o presidente da ASUR, conselheiro Marcos Peixoto, buscará a participação do Uruguai.

Conselheira Marisa Serrano toma posse na Academia Sul-mato-grossense de Letras

A conselheira Marisa Serrano tomou posse da cadeira número 30 da Academia Sul-mato-grossense de Letras. Ela recebeu saudação solene em nome da Academia pelo acadêmico Leal de Queiroz e afirmou que sentia um misto de orgulho e surpresa ao ver o nome e a trajetória de sua vida inscritos na Casa.

Bastante emocionada, a conselheira afirmou que a Academia Brasileira de

Letras “é uma Casa para guardar fragmentos da história, sentimentos transbordantes, olhares atentos, criações, talentos, mas também para abrigar os que contribuíram para a manifestação de tantos saberes. Acredito que esse tenha sido o toque que transformou uma sugestão em realidade.”

A acadêmica afirmou que muito jovem, fez uma escolha: “fui em busca do conhecimento para fortalecer o es-



pírito e adquirir ferramentas que me ajudassem a crescer, fazendo também com que outros crescessem junto. Encontrei na Educação a razão de luta e a convicção da esperança.”



Tribunal de Contas
Estado de Mato Grosso do Sul

CORPO DELIBERATIVO:

Presidente – Cícero Antonio de Souza

Vice-Presidente – José Ricardo Pereira Cabral

Corregedor-Geral – Ronaldo Chadid

CONSELHEIROS:

IRAN COELHO DAS NEVES

WALDIR NEVES BARBOSA

MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

CORPO ESPECIAL:

Auditor

Joaquim Martins de Araújo Filho

Ministério Público de Contas

Procurador-Geral de Contas

José Aêdo Camilo

Procurador-Geral-Adjunto de Contas

João Antônio de Oliveira Martins Júnior

Corregedor-Geral de Contas

Terto de Moraes Valente

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Flávio Teixeira

Assessor de Comunicação Social

Luiz Junot

Jornalistas

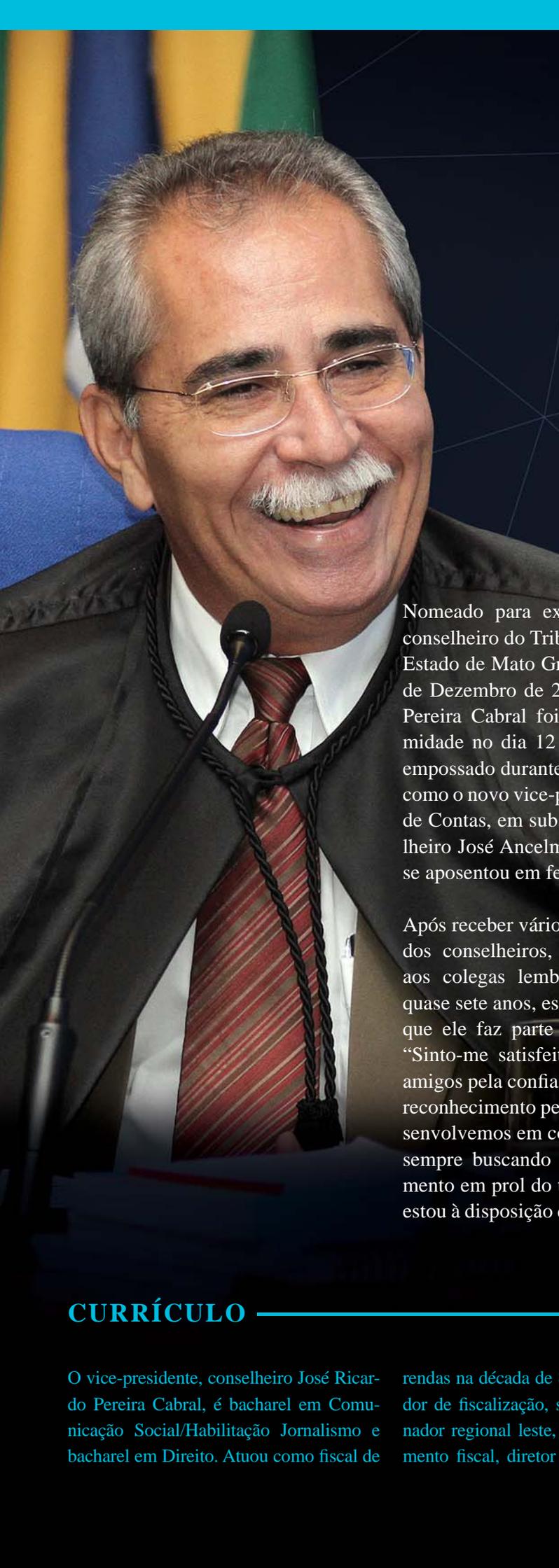
Débora Charro, Laís Latta

Publicitários - Fabi Rezek, Cezinha Galhardo

e Tarcísio Ferreira

Fotógrafo – Roberto Araújo

Secretário – Roberto Munhoz



Conselheiro José Ricardo Pereira Cabral é o novo vice-presidente

Nomeado para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul em 1º de Dezembro de 2006, José Ricardo Pereira Cabral foi eleito por unanimidade no dia 12 de abril último, e empossado durante a sessão do Pleno como o novo vice-presidente da Corte de Contas, em substituição ao conselheiro José Ancelmo dos Santos, que se aposentou em fevereiro último.

Após receber vários elogios por parte dos conselheiros, Cabral agradeceu aos colegas lembrando que nesses quase sete anos, essa é a primeira vez que ele faz parte da mesa diretora. “Sinto-me satisfeito e agradeço aos amigos pela confiança, trata-se de um reconhecimento pelo trabalho que desenvolvemos em conjunto nesta casa, sempre buscando o seu desenvolvimento em prol do trabalho. Desde já, estou à disposição do presidente, con-

selheiro Cícero de Souza, para contribuir até o final deste mandato, em dezembro de 2014”, enfatizou.

De acordo com o presidente do TCE/MS, e conselheiros – Ronaldo Chaidid, Iran Coelho, Waldir Neves e Marisa Serrano, e ainda o Procurador-Geral de Contas do Ministério Público de Contas, José Aêdo Camilo - que discursaram após a posse do novo vice-presidente, o consenso é o de que “já era hora do conselheiro José Ricardo ocupar um cargo no Conselho Deliberativo, pois este, através de seu conhecimento e experiência tem contribuído muito com as ações e trabalho que desenvolvemos aqui na Corte de Contas. Com a sua humildade e simplicidade, ele sempre acompanha e participa dos avanços que estamos implementando”, disse Cícero de Souza.

CURRÍCULO

O vice-presidente, conselheiro José Ricardo Pereira Cabral, é bacharel em Comunicação Social/Habilitação Jornalismo e bacharel em Direito. Atuou como fiscal de

rendas na década de 80 e como coordenador de fiscalização, subdelegado, coordenador regional leste, diretor de monitoramento fiscal, diretor de operações fiscais

nos anos 90. Em 2000, José Ricardo foi coordenador de operações fiscais, superintendente de administração tributária e secretário de Estado de receita e controle.

TCE-MS faz Acordo de Cooperação com a STN para implantação do novo Sistema de Contabilidade Pública

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN-MF), o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM/GO) e os Tribunais de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) e Mato Grosso do Sul (TCE/MS) firmaram Acordo de Cooperação Técnica, com o intuito de realizar a transferência de conhecimento e compartilhamento de arquivos na implantação do Projeto SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro, onde serão coletados os dados utilizados na consolidação das contas nacionais.

O acordo vai possibilitar a participação e apoio dos técnicos dos Tribunais, com formação na área de contabilidade pública, gestão fiscal e finanças públicas, na implantação do SICONFI. A informação é do diretor de Gestão e Modernização do TCE/MS, Parajara Moraes Alves Jr., que se reuniu em 03/06 com o diretor de Planejamento e Implementação de Sistemas do TCM/GO, Rodrigo Zanzoni e o superintendente de Gestão Técnica do TCM/GO, Roberto Coutinho, para

tratar da implantação do novo sistema. O TCE/MS, TCE/MG e TCM/GO são pioneiros na assinatura deste Acordo de Cooperação, principalmente pelo fato de todos eles utilizarem o Sistema de Controle de Contas Municipais (SICOM), o que facilita a integração com a ferramenta do STN. Para cumprir os objetivos da cooperação técnica, a STN e os Tribunais de Contas irão desenvolver as atividades a partir de 2014, com continuidade nos próximos anos e, posteriormente, os demais Tribunais de Contas do País poderão aderir ao sistema, segundo informou Zanzoni.

De acordo com Parajara Moraes, a participação dos Tribunais se justifica pelo conhecimento que as Cortes de Contas detêm referente ao relacionamento com os Estados e Municípios nas áreas de gestão fiscal e de contabilidade, pois são órgãos responsáveis por realizar o controle externo. “Com a implantação deste sistema, nós iremos repassar as informações que recebemos dos Municípios e, o STN, por sua vez, vai gerar e manter atualizados os demonstrativos fiscais e contábeis”, explica.

Para os municípios, a vantagem é que a unificação permitirá que eles enviem os dados fiscais e contábeis somente para o Tribunal de Contas, que farão o posterior encaminhamento ao STN. O acordo assegura ainda que os Tribunais atuem na implantação do SICONFI, especialmente no estudo de um “Módulo Tribunal de Contas”, trabalhando na “validação dos processos de coleta e de transformação dos dados, utilizando a linguagem Extensible Business Report Language (XBRL), aplicados às necessidades dos Tribunais de Contas”, explica Coutinho.

Os principais resultados esperados deste acordo são: aprimorar e acelerar o processo de construção da Taxonomia XBRL GL; disseminar o conhecimento da linguagem XBRL no setor público brasileiro; validação dos processos de coleta e de transformação dos dados, utilizando a linguagem XBRL, aplicados às necessidades dos Tribunais de Contas e compartilhamento dos arquivos recebidos pela STN/MF, por meio do SICONFI, para cada Tribunal de Contas partícipe.



Parajara se reúne com Coutinho e Zanzoni do TCM/GO

Novo regimento interno, modernizado e adequado à realidade de MS

Após um profundo estudo e elaboração de uma comissão que envolveu conselheiros, auditores, procuradores, assessores e técnicos do TCE/MS, o novo Regimento Interno do TCE/MS foi aprovado por unanimidade, através da Resolução Normativa Nº 76 de 11 de dezembro de 2013. Agora, conforme o conselheiro relator da Comissão, José Ricardo Pereira Cabral, o novo regimento está “mais moderno e adequado à realidade do nosso Estado”.

O conselheiro Iran Coelho das Neves, na ocasião, relatou oralmente o processo referente à Resolução Normativa Nº 76. Conforme o texto da Resolução, serão revogadas, na data da produção de efeitos estabelecida no art. 2º, a Resolução Normativa TC/MS n. 57, de 7 de junho de 2006, bem como as seguintes Resoluções Normativas que a



alteraram: a Resolução Normativa TC/MS n. 64, de 2 de setembro de 2009; e a Resolução Normativa TC/MS n. 68, de 10 de março de 2010.

Participaram da elaboração do Regimento Interno, a conselheira Marisa Serrano, como presidente da Comissão; o conselheiro José Ricardo Pereira Cabral, como relator da comissão, e como membro, o conselheiro Waldir Neves Barbosa, os quais foram assessorados pelos funcionários da Corte

de Contas, João Ricardo Nunes de Pinho, Moacir de Ré, Eduardo Dionízio, Fábio Monteiro, e Mariana, que foi a secretária da comissão. “Quero cumprimentar a todos os membros da comissão, conselheiros, assessores e funcionários pela dedicação e pelo zelo que tiveram na elaboração deste Regimento Interno”, destacou Iran Coelho, que foi motivo de unanimidade por todos os conselheiros e pelo representante do MPC/MS.

Escoex desenvolve laboratório para servidores que operam sistema e-TCE e novo Regimento Interno

A Escola Superior de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (Escoex) realizou, em 24 de fevereiro, um laboratório voltado aos servidores do Tribunal que operam o Sistema e-TCE e os principais tópicos no novo Regimento Interno. A ação educacional continuou até o dia 28, num total de 21 horas, sendo três horas diárias por turma. De 6 a 14 de março, os servidores da Central de Serviços, já capacitados, fizeram parte da escola itinerante para atender as inspetorias com auxílio e orientação sobre o sistema.

De acordo com o coordenador da Escoex, Ben Hur Ferreira, o objetivo foi o de demonstrar como operar no sistema e-TCE os principais tópicos do



Coordenador da Escoex, Ben Hur Ferreira explica que o objetivo foi o de demonstrar como operar no sistema e-TCE e os principais tópicos do novo Regimento Interno

novo Regimento Interno. As instrutoras do curso, Flávia Pierin Freitas, que é gerente de Projetos do TCE/MS e responsável pelo controle dos projetos e pacotes de programas, e Mariana Leal Capillé, da diretoria de Normas e Jurisprudência do Tribunal, se utilizaram da explanação oral com uso de multimídia e interação instrutores/participantes, além da prática no laboratório (treinamento).

Nos dias 24 e 25, o treinamento foi realizado aos servidores da Central de Serviço, no período matutino e vespertino. Já no dia 26, o laboratório foi direcionado aos servidores das Inspeções de Controle Externo, ICAP, Engenharia (DEAMA). No dia 27 foi a vez dos servidores lotados nos gabinetes dos conselheiros, e no dia 28/02, os servidores lotados na Secretaria das Sessões.

Diagnóstico do Ensino Médio no Brasil foi realizado em parceria com os TCs

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria com o objetivo de avaliar a oferta e a qualidade do ensino médio no Brasil. O diagnóstico é resultado de trabalho realizado em sistema de colaboração entre o TCU e outros 28 tribunais de contas. Estiveram envolvidos na auditoria, 90 auditores, e foram visitadas 580 escolas em todo o território nacional.

Ao TCU coube abordar as ações do Ministério da Educação (MEC), e aos outros tribunais de contas participantes, questões relativas à atuação das secretarias de educação de seus respectivos estados e municípios.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a oferta do ensino médio, que é a última etapa da educação básica, deve ser feita prioritariamente pelos governos estaduais. A União, contudo, por meio de ações supletivas e redistributivas, deve

contribuir para a equalização de oportunidades educacionais e para a consolidação de um padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira.

A auditoria do TCU avaliou aspectos relativos a quatro eixos temáticos: cobertura, professores, gestão e financiamento. Foram abordados aspectos relativos à oferta de vagas, à disponibilidade e formação de professores, à gestão das redes de ensino e das escolas e à qualidade e fidedignidade das informações sobre o financiamento do ensino médio no Brasil.

O tribunal constatou que a cooperação efetiva entre os entes federados, com a definição das competências e responsabilidades de cada ente na oferta de um ensino de qualidade, é condição necessária para a solução da grande maioria dos problemas identificados.

A R T I G O

Auditoria do Ensino Médio: um marco histórico

Para realizar a Auditoria Operacional - AOP, antes de tudo, é necessário aprender a escutar para depois ser um auditor, esta é uma condição primordial e fundamental. Ouviu-se, nesta Auditoria do Ensino Médio, muitos desabafos, frustrações, pedidos de ajuda e lamentações.

Dessa maneira, o principal instrumento de trabalho de um auditor operacional é saber ouvir e propor soluções às situações de não conformidade, caso seja possível, ou sugerir meios para mitigar ao máximo os problemas detectados.

Por outro lado, ao realizar a Auditoria do Ensino Médio, logo veio à tona a incerteza que tomou conta desde a fase de planejamento até o recebimento dos documentos que confirmaram os possíveis achados.

Superada a fase das incertezas, veio o compartilhamento de informações,

experiências, dúvidas e até frustrações. Essa troca ocorreu entre a equipe e a Conselheira Marisa, que sempre acreditou, apoiou e colaborou para o êxito desse trabalho.

Com a elaboração do relatório da AOP do Ensino Médio, espera-se monitorar as recomendações após a sua aprovação. O referido monitoramento tem início previsto em fevereiro de 2015, e será realizado em conjunto com todos os tribunais de contas do Brasil.

Além disso, podem-se realizar, paralelamente, com intuito de aperfeiçoar as atividades do Ensino, concursos de redação com todos os membros da comunidade escolar (Diretor, Coordenador, Professor, Administrativo, Aluno e Pais ou Responsáveis de Aluno), como também concurso de Boas Práticas de Gestão para Diretores e novas técnicas pedagógicas, para os Professores.

Poderão ser elaboradas cartas de intenção, trabalhos conjuntos, com apoio da Escoex, partindo de discussões entre as Secretarias estaduais e municipais e a participação das Instituições de Ensino Superior - IES. Ainda, a Escola de Contas poderia capacitar os conselheiros do FUNDEB e criar fóruns regionais para discutir boas práticas com os Diretores escolares.

Assim, realizar a AOP do Ensino Médio se tornou um momento histórico, pois a auditoria foi um marco importante para os Tribunais de Contas do Brasil, que elaboraram a maior auditoria compartilhada do mundo, segundo o TCU, pois nenhum país conseguiu, até hoje, esse feito. Fazer parte desse processo, entrar para história das auditorias e do próprio TCE/MS é uma realização para poucos. Esses poucos técnicos foram apenas 111 espalhados por 24 TCEs, TC/DF, 3 TCMs e TCU, que visitaram mais de 580 escolas.

Corregedoria cria ferramenta para controle de prazos processuais

Com a criação de uma ferramenta denominada “Risk Manager”, a Corregedoria-Geral do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS) passou a fiscalizar com mais eficiência e rigor os prazos processuais internos. O programa foi desenvolvido com o auxílio da Divisão Geral de Gestão e Modernização (DGGM) e possibilita o controle e a gestão dos processos, por unidade, por setor e por analista. De acordo com o Corregedor-Geral do TCE/MS, Conselheiro Ronaldo Chadid, “essa medida auxilia a Corregedoria no cumprimento efetivo de sua função de gestora dos processos, em especial para dar efetividade às normas internas e assegurar ao jurisdicionado o cumprimento dos prazos e o andamento mais célere dos procedimentos.”

De acordo com Chadid, além de garantir maior controle dos processos, a ferramenta é um importante instrumento de gestão para os diretores e chefes das unidades do TCE/MS, “uma vez que

possibilita o envio de alertas quando o prazo está finalizando, ou quando já está finalizado, orientando o trabalho do gestor.”

O “Risk Manager” oferece a visualização do quantitativo processual interno, permitindo que o gestor identifique os gargalos que geram a demora do procedimento dentro do setor. Além disso, gera relatórios e gráficos atualizados de toda a tramitação e de toda a permanência do processo na área ou por servidor.

O Conselheiro Chadid explica que, com essas informações geradas pelo programa, a Corregedoria-Geral tem condições de realmente identificar os atrasos, as causas e os causadores, podendo, além de fiscalizar, orientar e, como última medida, punir.

Metas - A Corregedoria-Geral trabalha ainda para este ano com a implementação da rotina das correções ordinárias

e extraordinárias e, para tanto, o “Risk Manager” também permitirá que elas sejam desenvolvidas e implementadas com eficácia e com resultados positivos e impactantes. Com o sistema, haverá condições de se estabelecer um “check list” de posturas e medidas a serem adotadas em cada setor que, posteriormente, durante a correção, serão verificadas in loco, para subsidiar os trabalhos de orientação e ajustes.

Segundo o Conselheiro Chadid, “esta é mais uma medida adotada para estruturar a Corregedoria para que suas atividades saiam do papel e partam para a prática rotineira de atividades de gestão, correção, orientação, disciplinar e de fiscalização, resultando num órgão de efetivo cumprimento de suas funções, autônomo e parceiro no alcance dos objetivos, valores e missão da Corte de Contas.”



Escoex apresenta balanço das atividades

Na última sessão do pleno do TCE/MS, em Dezembro de 2013, a conselheira e diretora-geral da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), Marisa Serrano, entregou ao conselheiro presidente Cícero de Souza e demais conselheiros, balanço sobre as ações desenvolvidas pela Escoex durante o ano e as propostas para 2014.

Em 2013, a Escoex inaugurou seu Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com a modalidade de Ensino a Distância (EAD) e, pela primeira vez, abriu vagas específicas para jurisdicionados. A Escola apresentou cursos elaborados por ela, mas também outros elaborados em parceria com o Tribunal de

Auditoria Governamental

Servidores de diversos setores do TCE/MS participaram do curso “Auditoria Governamental: Fundamentos, Planejamento, Execução e Resultados”, na Escola Superior de Controle Externo (Escoex). O curso foi ministrado pelo secretário de Fiscalização de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas da União (TCU), Marcelo Luiz Souza da Eira.

O objetivo principal das aulas foi ampliar a competência dos profissionais de auditoria, mediante a apresentação da teoria e prática da auditoria governamental, e capacitar os servidores nas áreas mais importantes do controle externo, para que os mesmos possam reproduzir esses conhecimentos aos jurisdicionados, auxiliando os agentes públicos no cumprimento de suas atribuições.

Durante todo o período do curso, os participantes receberam conteúdo com exposição dialogada, onde foram apresentados exemplos e exercícios inspirados em situações da rotina dos servidores do TCE. Entre outros, foram abordados assuntos como: conceitos e tipos de auditoria, aspectos relevantes para a realização de auditorias, além de novas tendências na auditoria governamental.



NBCasp



Por meio da tecnologia de educação a distância (EAD), a Escoex ofereceu para os servidores do TCE/MS curso sobre as Novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCasp). O objetivo desse curso foi o de abordar os principais impactos causados pelas Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade. O foco é a mudança da legislação brasileira no que se refere à Contabilidade Pública na busca da convergência das normas contábeis aos padrões internacionais.

O conteúdo a ser estudado está dividido em três módulos, com carga horária de 16 horas cada, sendo que, 20% das aulas serão em videoaulas, e as demais serão dis-

tribuídas em autoestudo e tutoria on-line. As aulas serão ministradas pelo auditor da Controladoria Geral da União, Djalma Peçanha Gomes.

O professor Djalma Peçanha Gomes é graduado em Ciências Militares pela Academia das Agulhas Negras e especialista em licitações e contratos. Também é autor dos livros “Contabilidade Pública e Administração Financeira e Orçamentária – Questões Comentadas – Cespe”, “AFO e Contabilidade Pública – FGV” e “Série 1.001 Questões Comentadas – AFO – Banca Cespe”.

Realizações de 2013 e propostas para 2014

Contas da União (TCU) e a Corregedoria Geral da União (CGU).

Neste ano, a Escola está trabalhando para promover o desenvolvimento das competências e habilidades do servidor; ofertar ações educacionais, adequando as competências requeridas pelos servidores aos objetivos do TCE/MS; propiciar ações educacionais que incentivem a participação continuada do servidor; e contribuir para o desenvolvimento técnico do servidor, buscando melhoria na qualidade do trabalho.

Gestão Orçamentária e Financeira



Com o objetivo de proporcionar aos servidores uma visão mais ampla dos principais aspectos relacionados à gestão orçamentária e financeira do Brasil, a Escoex ofereceu para os servidores do TCE/MS aulas sobre o assunto. O curso “Gestão Orçamentária e Financeira”, realizado no período de 05 a 13 de maio buscou fazer com que os servidores conseguissem identificar e compreender os principais dispositivos legais que regem o processo orçamentário no País.

As aulas foram ministradas pelo auditor federal de controle externo do TCU, Júlio Marcelo da Silva Matias. Atualmente, Júlio Marcelo atua como coordenador de auditorias, mas já exerceu o cargo efetivo de Analista Judiciário junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. No magistério, atua como palestrante, instrutor em treinamento para servidores e como professor em cursos preparatórios para concursos públicos.

A carga horária total do curso foi de 28 horas-aula e o conteúdo foi distribuído em seis módulos: Introdução ao Orçamento Público, Receita Orçamentária, Acompanhamento Fiscal e Orçamentário, Classificação da Despesa Orçamentária, Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual e Alterações Orçamentárias.

Gestão de Convênios

Servidores do TCE/MS participaram, no mês de maio, de curso sobre Gestão de Convênios, na Escola Superior de Controle Externo (Escoex). Por meio de aulas expositivas e exercícios, os servidores puderam aprimorar seus conhecimentos sobre orçamento, modalidades e instrumentos para transferência de recursos, formalização da proposta, celebração do instrumento, execução e prestação de contas.

As aulas foram divididas em seis módulos e foram ministradas por Fernando Alberto Freire, consultor especialista em Gestão de Convênios há mais de 15 anos. O professor já realizou trabalhos em diversos Órgãos Federais, Estaduais, Municipais, Fundações Apoio, ONGs, OSCIPs e entidades do Sistema “S”.

Freire é idealizador e mantenedor do site de consultas gratuitas sobre convênios (www.convêniosfederais.com.br) e autor do livro “Convênios Federais: Problema ou Solução?”, em fase de editoração, e ainda atuou como profissional na área de gestão de recursos financeiros com mais de 35 anos de dedicação ao Serviço Público Federal; experiência profissional no Ministério da Educação por 10 anos e no Ministério da Saúde por 25 anos, dos quais, 15 dedicados à área de convênios, e 5 à Gerência Financeira de Projetos financiados com recursos de Acordos com o Banco Mundial e BID.



Novos auditores tomam posse

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), conselheiro Cícero Antonio de Souza deu posse no dia 03 de abril último a 22 dos 29 auditores estaduais de Controle Externo aprovados no Concurso Público realizado no ano passado. Na oportunidade, o presidente enfatizou que “todas as instituições só existem, de fato, em função das pessoas que as integram, não é sem propósito anunciar que vocês representam o sangue novo que irá oxigenar o nosso já competente quadro de profissionais e fortalecer ainda mais nossa Corte de Contas”, referindo-se aos novos servidores.

Na ocasião, o presidente lembrou que o último concurso público antes deste foi realizado pelo TCE/MS há 25 anos. “Foram duas décadas e meia sem renovação do quadro de servidores efe-

tivos. Retomamos, assim, um processo de seleção pública que foi iniciado de forma pioneira pelo TCE/MS há 33 anos, quando fomos a primeira instituição do recém-criado Estado de Mato Grosso do Sul a realizar um concurso público”, destacando que “mais do que uma necessidade, este concurso público foi um desafio que superamos com competência. Ficamos felizes e envidados quando constatamos que este concurso foi marcado pela seriedade e transparência”.

Acompanhado por todo o corpo deliberativo da Corte de Contas, conselheiros José Ricardo Pereira Cabral (Vice-Presidente); Ronaldo Chadid (Corregedor e Presidente da Comissão de Organização do concurso); Marisa Serrano (Diretora Geral da Escoex); Iran Coelho das Neves; e Waldir Neves, e ainda pelo procurador-geral do Ministério

Público de Contas, José Aêdo Camilo, os novos auditores assinaram e receberam o Termo de Posse das mãos das autoridades, mediante a promessa de bem cumprir os deveres inerentes ao mesmo.

Falando em nome dos servidores empossados, Herbert Covre Lino Simão, em seu discurso, disse que os novos auditores irão buscar “a excelência na fiscalização da administração pública, sempre com equilíbrio entre a legalidade e a finalidade do ato administrativo, para consolidar o princípio da moralidade administrativa, e cumprir com a missão constitucional de (art. 71, IV): “realizar inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em qualquer das unidades administrativas de qualquer espécie dos três órgãos de poder.”



durante solenidade concorrida

Herbert Simão se dirigiu ao conselheiro presidente, Cícero Antonio de Souza, para lhe prestar uma homenagem e fazer um agradecimento. “Reconhecemos sua vocação de homem público, que nos inspira neste momento de dedicação à vida pública, lembrando seus anos dedicados ao poder legislativo do Estado de Mato Grosso do Sul, exercendo com afinco e dedicação o mandato de deputado estadual por quatro legislaturas; reconhecemos sua importância na Assembleia Constituinte Estadual, que formulou a constituição do Estado, que completará 25 anos de vigência este ano (5/10/89); reconhecemos sua importância como conselheiro do Tribunal de Contas, exercendo com sabedoria e discernimento público a presidência desta corte de contas, em seu quarto mandato. São anos de modernização, informatização e crescimento”, destacou.



Conselheiro presidente Cícero de Souza durante o discurso



Herbert Simão falou em nome dos novos auditores



22 dos 29 auditores estaduais de controle Externo aprovados no Concurso Público realizado no ano passado tomaram posse



“Vocês representam o sangue novo que irá oxigenar o nosso já competente quadro de profissionais e fortalecer ainda mais nossa Corte de Contas”, afirmou o presidente, referindo-se aos novos servidores.

Novos auditores de Controle Externo concluem capacitação e iniciam trabalho

Após um longo processo seletivo, por meio de concurso público, e 40 dias de curso para capacitação, os novos auditores estaduais de Controle Externo do TCE/MS começaram os trabalhos no último dia 19 de maio. Segundo o diretor-geral do Departamento de Gestão de Pessoas, Nilton Leopoldino Rodrigues, os critérios para o sorteio de lotação foram definidos, e os novos auditores, lotados a princípio nas inspetorias.

A conselheira Marisa Serrano participou do encerramento do curso, no último dia 15 de maio, na Escola Superior de Controle Externo (Escoex). Ela deu novamente boas-vindas aos servidores e lembrou que o TCE/MS “está mudando para melhor e que conta com a participação de todos para impulsionar essas mudanças.”

A conselheira afirmou ainda que durante o curso a intenção foi sempre ressaltar o compromisso que o Tribunal de Contas tem para com a sociedade. Ela afirmou que “o TCE/MS acompanha, fiscaliza, analisa sempre em favor da população e precisamos que os novos

auditores nos auxiliem nessa jornada.”

Desde o início do processo de capacitação dos novos auditores estaduais de Controle Externo, os conselheiros participaram desde as boas-vindas do conselheiro presidente Cícero Antônio de Souza; e com palestras, como foi o caso do conselheiro Iran Coelho das Neves, que falou sobre “Controle Externo: Fundamentos e Efetividade na Ordem Constitucional.” Coube à conselheira Marisa Serrano abordar o tema “Tribunal de Contas e a Sociedade: A busca pela qualidade”; o conselheiro Ronaldo Chadid sobre a “Posição Constitucional dos Tribunais de Contas”; e o conselheiro Waldir Neves Barbosa sobre “A busca pela qualidade de gestão.”

Por meio de palestras e debates, os auditores conheceram a Lei Orgânica, Regimento Interno e Código de Ética do TCE/MS; o processo de modernização do e-TCE; instrumento de fiscalização, licitações e contratos; Instrução Normativa nº35; Lei de Responsabilidade Fiscal, Evolução da Apreciação dos Atos de Pessoal: SICAP e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.



Marisa Serrano ressalta o compromisso do TCE/MS com a sociedade

Auditor estadual de Controle Externo – Tem como atribuições básicas atividades operacionais privativas do Tribunal de Contas pertinentes, análise de contas e fiscalização contábil, financeira, operacional e patrimonial; acompanhamento das receitas; análise dos atos de admissão de pessoal e das concessões de aposentadorias, reformas e pensões; procedimentos licitatórios e contratos administrativos; acompanhamento de obras e serviços; realização de auditorias e inspeções e outras de natureza correlatas, necessárias ao controle externo, bem como outras atividades de planejamento, de controle, de gestão e de assessoramento (redação dada pela Lei n. 4.223, de 11 de julho de 2012).



Conselheiro Iran Coelho falou sobre “Controle Externo: Fundamentos e Efetividade na Ordem Constitucional”



Coube ao presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antônio de Souza dar as boas-vindas aos novos servidores

Conselheira fala sobre “Educação Sul-mato-grossense” no X Seminário de Vereadores de MS

No dia 21 de março último, a diretora da Escola Superior de Controle Externo (Escoex), conselheira Marisa Serrano, participou do I Encontro de Vereadoras de Mato Grosso do Sul, realizado no X Seminário de Vereadores, na Assembleia Legislativa de MS, para ministrar a palestra “Educação Sul-mato-grossense.”

A conselheira destacou: “Viemos colocar os setores da Educação e Saúde como primordiais para o acompanhamento de uma Câmara de Vereadores. Na Educação, o que o TCE e TCU têm visto através de uma auditoria compartilhada é a falta de acompanhamento. É preciso ver a qualidade do serviço pres-

tado; Exemplos, como a merenda escolar, equipamentos das escolas, transporte escolar e as admissões de professores são algumas indicações que o vereador deve acompanhar e fiscalizar para contribuir com o TCE e a população brasileira.”

Na palestra foram apresentados os indicadores de duas publicações lançadas pelo TCE/MS. A primeira, de março de 2013, que apresenta o Índice de Desenvolvimento da Educação e Gastos em Educação, o IDEB, com os gastos por aluno/ano, e a segunda publicação, de novembro de 2013, “(In) Sucesso Escolar: Uma Abordagem Financeira”, com indicadores de abandono e reprovação escolar. “Estes materiais auxiliam os



vereadores porque mostram uma radiografia com indicadores gráficos e os investimentos de cada município, além de apresentar o que está sendo perdido com a reprovação do aluno”, esclarece a diretora da Escoex.

Fizeram parte da mesa a deputada estadual Mara Caseiro, a diretora da Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, Clarice Maciel, a coordenadora do Programa Ensino Médio Inovador Jovem de Futuro, Érika da Costa, a vereadora de Rochedo, Antônia Francisca Barboza, e o presidente da Câmara de Vereadores de Camapuã, Humberto Bogarim.



“O vereador deve acompanhar e fiscalizar para contribuir com o TCE e a população brasileira”, destacou a conselheira

Vereadores são orientados sobre novo Regimento Interno do TCE/MS

Os vereadores de Mato Grosso do Sul que participaram do X Seminário de Vereadores, organizado pela Escola do Legislativo Senador Ramez Tebet, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, assistiram, no dia 20 de março último, a palestra do diretor de Normas e Jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado (TCE/MS), João Ricardo Dias de Pinho, que abordou o novo Regimento Interno do TCE/MS.

A palestra “O Novo Regimento Interno e suas Principais Alterações” apresentou aos gestores as deliberações do TCE/MS ligadas ao controle externo, que são atribuídas às decisões singulares, parecer prévio, parecer C e acórdãos. E ainda as principais mudanças

no fluxo de processos, desde a apresentação das contas pelos jurisdicionados ao julgamento pelas Câmaras e Pleno do TCE/MS.

João Ricardo destacou o evento como fundamental: “aproveitamos o momento para divulgar as deliberações e competências e alertar os gestores sobre as decisões do juízo singular e medidas cautelares”. O novo RI do TCE/MS entrou em vigor no dia de sua publicação, 20 de dezembro de 2013 e começou a produzir efeitos no dia 06 de março de 2014.

No evento, a mesa de autoridades foi composta pelo deputado estadual Ama-

rildo Cruz, o representante do Senado Federal, Florian Madruga, a diretora da escola do Legislativo, professora mestra Clarice Maciel Souza Chaves e os vereadores Vladimir Ferreira, de Coxim e Militão Miranda de Mello, presidente da Câmara Municipal de Laguna Carapã.



Diretor de Normas e Jurisprudência do TCE/MS, João Ricardo

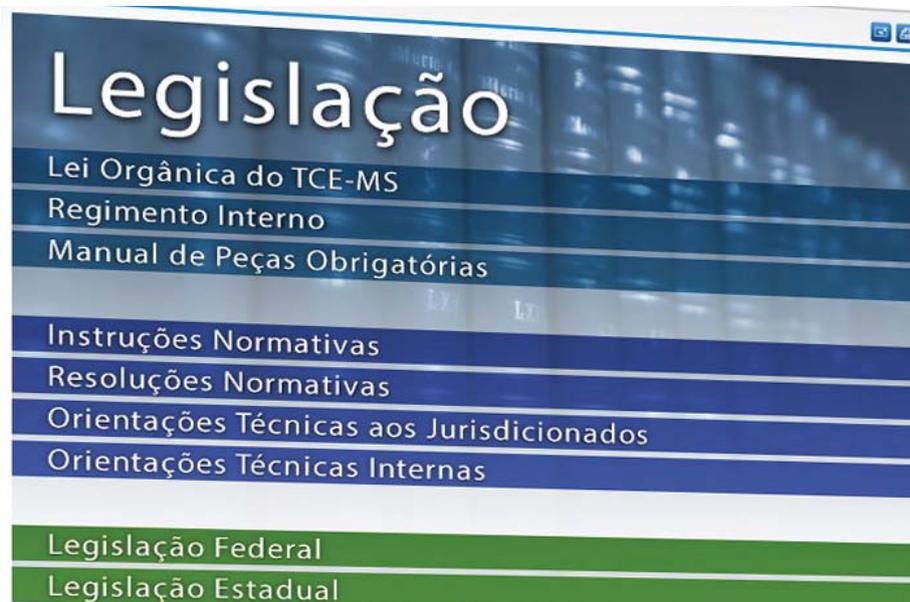
Portal Legislativo mais moderno e dinâmico

O Departamento de Normas e Jurisprudência da Diretoria Geral de Gestão e Modernização (DGGM) do TCE/MS finalizou o ano de 2013 modernizando a página do Portal Legislativo no site do TCE/MS. O novo aplicativo de legislação, que permite acessar todos os atos normativos do TCE/MS e suas atualizações, está mais dinâmico e interativo. Agora, o usuário pode visualizar o texto original e compilado dos atos normativos, inclusive, a publicação no Diário Oficial Eletrônico (DOE).

A ferramenta poderá ser permanentemente atualizada e busca garantir aos jurisdicionados e aos servidores melhor visualização dos normativos

vigentes e de suas alterações e revogações. Dessa forma também, o conjunto de normas editadas pelo TCE/MS está disponível uniformemente, de maneira simples e coerente.

Os jurisdicionados e servidores que desejarem esclarecer dúvidas podem entrar em contato com a equipe do Departamento de Normas e Jurisprudências da DGGM.



Conselheiro aposentado José Ancelmo recebe homenagem pelos 15 anos trabalhados na corte fiscal

Em dezembro de 2013, o então conselheiro vice-presidente José Ancelmo dos Santos recebeu homenagens durante a última sessão do ano do pleno do TCE/MS e a última sessão de sua carreira. A homenagem contou com a apresentação de um vídeo sobre sua trajetória e entrega de placa de agradecimento aos serviços prestados. José Ancelmo completou 70 anos em fevereiro de 2014 e, de acordo com a legislação, terá aposentadoria compulsória.

Os 15 anos devotados ao TCE/MS e os 50 anos trabalhados no serviço público renderam a José Ancelmo muitos elogios de seus colegas. Todos os conselheiros e o procurador geral do Ministério Público de Contas, José Aêdo Camilo, se pronunciaram durante a sessão exaltando sua pessoa, carreira e feitos.

O conselheiro aposentado José Ancelmo agradeceu todos os discursos de seus colegas, afirmando que não gosta muito da palavra “despedida”.

Ele finalizou a tarde de homenagens refletindo que “se não acontecer nada daqui para frente, está bom demais. Sinto-me completamente realizado e privilegiado de chegar aos 70 anos tendo contribuído para o crescimento de meu Estado. Comecei como zelador de exatoria, passei no concurso público para fiscal de renda, fui nomeado secretário de Fazenda e, finalmente, escolhido para conselheiro, completando 50 anos de dedicação ao serviço público.”



Depois de 50 anos de serviços públicos, conselheiro José Ancelmo dos Santos é homenageado no TCE/MS ao aposentar-se

Prestação de Contas do governo é aprovada com oito ressalvas e cinco recomendações

O TCE/MS, em Sessão Especial do Pleno, realizada no último dia 28 de maio, votou, por unanimidade, parecer prévio favorável à aprovação da Prestação de Contas de 2013 do Governo do Estado, relativo ao sétimo ano de gestão do Governador André Puccinelli. Os conselheiros, no entanto, registraram oito ressalvas e cinco recomendações a serem cumpridas pelo governo para atendimento completo às normas legais. Os conselheiros votaram ainda pela realização de monitoramento e acompanhamento no decorrer do presente exercício sobre as providências adotadas em relação às recomendações.

O parecer prévio foi elaborado pela conselheira Marisa Serrano, com base em análise e pareceres da 6ª Inspecção de Controle Externo, Auditoria e Ministério Público de Contas (MPC), tendo como resultado um relatório voto disponível na íntegra no site do TCE/MS. Participaram da mesa da sessão o presidente Cícero de Souza e os conselheiros José Ricardo Pereira Cabral, Iran Coelho das Neves, Waldir Neves Barbosa, Ronaldo Chadid, e o procurador-geral de Contas, José Aêdo Camilo.

A conselheira relatora assinalou que, pela primeira vez na história do TCE/MS, além da análise do Balanço Geral, foram realizadas 10 inspeções in loco em órgãos do governo para a elaboração do Parecer Prévio.

Segundo ela, os trabalhos de apreciação das contas por esta relatoria iniciaram-se durante o exercício de 2013, por meio de uma comissão para monitoramento da execução orçamentária das Contas de Governo. Ela destacou o ineditismo na utilização do instrumento do monitoramen-



O parecer prévio foi elaborado pela conselheira Marisa Serrano

to em Contas de Governo, ainda durante a execução orçamentária.

DA SAÚDE

Apesar de o Estado ter contabilizado o gasto de 12,5% do produto da arrecadação dos impostos, a conselheira-relatora entendeu que os gastos efetivos com Ações e Serviços de Saúde Pública alcançaram apenas 8,44%, em razão do expurgo de R\$ 224.234.705,10 decorrentes da Lei Estadual nº 2.261/2001, não atingindo, assim, o mínimo constitucional de 12%. A conselheira ressaltou que, neste sentido, o Governo do Estado deve compensar, no exercício de 2014, o valor de R\$ 224.234.705,10 gastos a menos no exercício de 2013, sem prejuízo da aplicação do percentual constitucional de 12%.

Marisa Serrano lembrou que a Lei Complementar 141/2012 fixou regras, diretrizes e condições para identificar as despesas que devam ser consideradas como “ações e serviços públicos de saúde” para fins de apuração do mínimo constitucional.

Segundo ela, “o presente exercício de 2013 é o primeiro em que a Lei Complementar nº 141/2012 é integralmente aplicada, pois, a despeito de ter entrado em vigor no exercício 2012, poderia haver controvérsia quanto a sua aplicabilidade de imediato, tendo em vista que a Lei Orçamentária de 2012 já tinha sido aprovada”.

DA EDUCAÇÃO

De acordo com o Relatório, observa-se que, no exercício 2013, o Governo do Estado de MS atingiu o limite constitucional de gasto com educação, fixado em 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, consoante preceitua o art. 212 da Constituição Federal.

A conselheira Marisa Serrano, entretanto, destaca que “apesar de o Balanço apresentado consignar a realização de 36,77 % com aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, entendo que o aplicado efetivamente representa 28,11%, em razão do expurgo do valor lançado

por força da Lei Estadual 2.261/2001 (Lei do Rateio), tendo em vista que esta não é contemplada no art. 70 da Lei de Diretrizes e Base da **Educação.**”

Ainda na área de Educação, foi observado que, a despeito do Governo do Estado ter feito a lotação de 311 professores concursados, há ainda um elevado número de professores contratados temporariamente, atingindo, no final do exercício, o percentual de 52,58% do quadro do magistério, representando cerca de 9 mil professores contratados.

DO FUNDECT

Da análise do Balanço, foi possível verificar que não foi aplicado o mínimo 0,5% da receita tributária na Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia (FUNDECT) exigido no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, tendo investido apenas 0,42%. Tal ponto já foi objeto de recomendação nos Balanços de 2011 e 2012. A despeito de não ter alcançado o índice constitucional, a conselheira entendeu que essa irregularidade é passí-

vel de recomendação, “tendo em vista que houve uma evolução do índice em relação do exercício anterior, que foi de 0,12%”.

DA DÍVIDA ATIVA

De acordo com o demonstrativo, o saldo da Dívida Ativa representou o maior volume dos créditos a receber em relação aos últimos anos, atingindo o valor de R\$ 4.878.208.354,51 no encerramento do exercício de 2013. A conselheira-relatora observou, no entanto, que a “despeito de se evidenciar um acúmulo substancial da dívida ativa no período, sendo que, no exercício 2013, foram arrecadados apenas 1,58% do estoque, o Governador do Estado encaminhou para a Assembleia Legislativa, Projeto de Lei contemplando políticas de recuperação de créditos, mediante incentivos.”

DAS RECOMENDAÇÕES

Diante das ressalvas elencadas, a Relatora apresentou as seguintes recomendações ao Governador do Estado:

1- aplicar, no exercício 2014, o per-

centual de 0,5% da receita tributária do Estado, no Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia, nos termos do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitória – ADCT, da Constituição Estadual;

2- adotar mecanismos no sentido de tornar mais efetivo o recebimento da dívida ativa do Estado;

3- realizar novo concurso público para contratação de professores efetivos, em atendimento ao art. 37, inciso II da Constituição Federal;

4- dar efetivo cumprimento às disposições do artigo 25 da Lei Complementar 141, no que pertine à aplicação do percentual 12% em ações e serviços públicos de saúde;

5- realizar a despesa com ações e serviços de saúde via Fundo de Saúde, consoante prescrição do art. 77, § 3º Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, da Constituição Federal, e não por meio de outras unidades administrativas, que não aquelas ligadas à atividade fim.



Os conselheiros votaram ainda pela realização de monitoramento e acompanhamento das providências adotadas em relação às recomendações

Balanço de atividades 12 mil decisões cumpridas



A média de processos para cada um dos sete conselheiros foi de 1.805 durante o ano

Contando com sete conselheiros, o Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE/MS), no período de janeiro a dezembro de 2013, julgou e elaborou decisões em 6.279 processos nas Câmaras e Pleno, e ainda 12.635 Decisões Singulares tomadas pelos conselheiros foram cumpridas por parte dos gestores dos órgãos jurisdicionados. De acordo com o relatório de atividades da Secretaria Geral, a média de processos para cada um dos sete conselheiros foi de 1.805, sendo que, o total de processos autuados pelo Cartório durante o ano foi de 13.013.

Estes números referem-se às prestações de contas dos órgãos jurisdicio-

nados (Prefeituras, Câmaras Municipais, Fundos, Autarquias e órgãos estaduais), que passaram pela análise da 1ª, 2ª Câmara e Tribunal Pleno, totalizando 3.462 processos julgados nas sessões.

Para o presidente do TCE/MS, conselheiro Cícero Antonio de Souza, os números apresentados no balanço de 2013 são positivos, pois refletem o resultado dos investimentos realizados em novos equipamentos, softwares e capacitação de servidores e técnicos dos órgãos jurisdicionados. Segundo o presidente, “a tendência é a de que nos próximos anos esses números sejam melhores ainda, já que todos os 905 órgãos jurisdicionados

ao Tribunal poderão prestar contas “on-line”, quando então, passaremos a realizar a fiscalização de todos em tempo real”, destacou.

Há de se destacar ainda o resultado dos julgamentos durante o ano. De um total de 875 processos, 39 receberam parecer favorável à aprovação; 49 parecer contrário à aprovação; 105 tiveram impugnações; em 63 as contas foram rejeitadas, em outros 46 as contas foram aprovadas com ressalvas, e na sua maioria, 573 tiveram as contas aprovadas.

O Pleno é formado pelos conselheiros, Cícero Antônio de Souza (Presidente); José Ancelmo dos Santos

de 2013 revela mais de as pelos jurisdicionados

(que se aposentou em novembro de 2013); José Ricardo Pereira Cabral; Iran Coelho das Neves; Waldir Neves; Marisa Serrano; e Ronaldo Chadi.

O Corpo Especial de Auditoria, neste mesmo período, somou 1.067 emissões de pareceres em balanços gerais e despachos em processos dos órgãos jurisdicionados. Os números do relatório de atividades de 2013 também revelam que a Divisão de Movimentação e Digitalização contabilizou 9.184 documentos, entre processos digitalizados, devolvidos aos órgãos de origem e incinerados. Já a Assessoria de Controle Externo totalizou no ano a emissão de 1.062 certidões, documentos e informações para execução de multas e/ou impugnações,

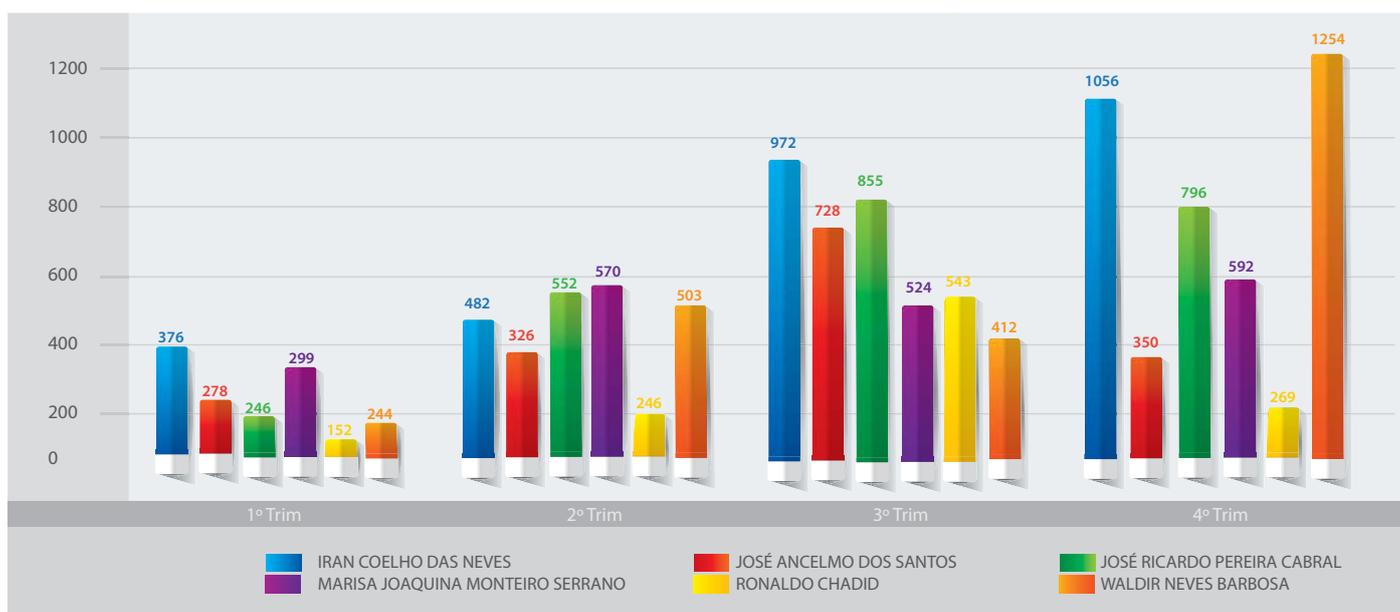
além de processos com parcelamento e/ou recolhimento, entre outros. Já o Cartório registrou a expedição de 2.741 documentos, entre intimações e comunicação de julgamentos; e ainda executou a autuação em 13.013 processos (administrativos e técnicos).

A Assessoria Jurídica da Presidência contabilizou 684 pareceres jurídicos em consultas, denúncias, representações e outros (encaminhamento de processos para impugnação, multa, expedições de informações, certidões; ou recolhimento e parcelamento de valores aplicados).

A Inspeção de Atos de Pessoal (Icap), que é ligada à presidência do Tribunal de Contas, registrou 10.353

análises processuais e conclusivas de processos relacionados aos servidores públicos estaduais e municipais. Enquanto isso, as seis Inspeções Gerais de Controle Externo, juntas, contabilizaram 23.779 análises, diligências e manifestações em outros processos. Neste total, estão inclusas 289 inspeções realizadas no ano.

A Divisão de Licitação e Contratos registrou um total de 106 processos, entre atas de adesão de registro de preços, contratos, convites, termo aditivo, convênios e inexigibilidade. Já a Assessoria de Obras, Engenharia e Meio Ambiente totalizou 211 pareceres técnicos em contratos administrativos e de obras, além do acompanhamento da obra do Aquário do Pantanal.



Processos com Decisões Singulares Cumpridas em 2013

Mais de 300 servidores tomam vacina contra a gripe

No último dia 06 de maio, 343 servidores do TCE/MS procuraram o setor médico da instituição para tomar a Vacina Influenza, que previne a gripe comum e a gripe A (H1N1). A vacina foi disponibilizada já no outono para que no inverno, quando é registrado maior número de casos da doença, todos obtenham o máximo de seu potencial imunogênico.

De acordo com a médica Maithe Galhardo, do serviço médico do TCE/MS, a imunidade conferida pela Vacina Influenza desenvolve-se após 15 dias da imunização e sua duração é de cerca de 6 meses a um ano. “Devido à característica mutante do vírus influenza, recomenda-se que a vacinação seja anual e durante os meses do outono para que se possa obter o máximo

de potencial imunogênico durante os meses de inverno, quando a circulação do vírus é maior”, finalizou.

O que é a Gripe A?

É uma doença respiratória causada pelo vírus A (H1N1), um subtipo do vírus da Influenza. Sua principal característica é a alta transmissibilidade. Os principais sintomas são febre alta (início súbito a 39°C), dor de cabeça intensa, cansaço extremo, ardor nos olhos e dores musculares acentuadas; diferente dos sintomas da gripe comum, geralmente com quadro de febre que não chega aos 39°C, e dores de cabeça e musculares de menor intensidade.

Medidas simples podem ajudar na prevenção do vírus Influenza, tais como: lavar as mãos, ventilar os ambientes, evitar locais fechados e com aglomeração de pessoas, ter boa alimentação, beber bastante líquido e procurar atendimento médico nos casos suspeitos, uma vez que o diagnóstico precoce reduz a transmissão da doença.



Fortaleza sediará IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas em agosto



O IV Encontro Nacional dos Tribunais de Contas será realizado no período de 4 a 6 de agosto de 2014, na cidade de Fortaleza (CE). Terá como principal objetivo a aprovação de oito resoluções orientativas da Atricon, visando ao aperfeiçoamento dos

órgãos de controle externo, com foco na qualidade e agilidade.

As inscrições serão abertas no dia 10 de junho, quando entrará no ar hotsite com todas as informações relativas ao evento, notadamente a programação detalhada e valor de taxa por participante. O público será composto por ministros, conselheiros, ministros e conselheiros substitutos e procuradores de contas, além de técnicos dos Tribunais de Contas.

O IV Encontro está sendo organizado pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM-CE), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Bra-

sil (Atricon), Instituto Rui Barbosa (IRB), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas de Municípios (Abracom) e Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE).

O IV Encontro Nacional dos TCs vai acolher o XIII Encontro do Colégio de Corregedores Ouvidores dos Tribunais de Contas – ECCOR, dentro do qual será tratada as resoluções com diretrizes para as Ouvidorias de Contas e Corregedorias. Também contará com as comemorações alusivas ao aniversário de 60 anos do TCM-CE, com lançamento de uma publicação retratando a trajetória desse Tribunal de Contas.

